



Campanhas eleitorais em um município amazônico em tempos de ditadura (Limoeiro do Ajuru, décadas de 1960-1980)

Electoral campaigns in an Amazonian municipality in times of dictatorship (Limoeiro do Ajuru, 1960-1980 decades)

Eliton Figueiredo Rodrigues¹
Francivaldo Alves Nunes²

RESUMO: O presente estudo pretende compreender de que forma se dava as participações das famílias vinculadas a grandes proprietários nas campanhas eleitorais, assim como o efeito dessa participação para os resultados das eleições em Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará, nas décadas de 60 a 80 do século XX. Nesse caso, vamos analisar seis processos eleitorais, sendo que o recorte temporal está ligado a acontecimentos históricos importantes, como a emancipação do município em 1961, a primeira eleição em 1962 e 1982 como marco inaugural do período de redemocratização, que provocou fim do bipartidarismo, a entrada de novos grupos políticos, bem como uma maior liberdade política. Trata-se de um estudo em que se observou o comportamento político de agentes que formavam os grupos dominantes locais, de famílias tradicionais que se utilizava de posses de terras, bens e poder econômico como instrumentos de barganha política no processo eleitoral, assim como descrevemos os enredos que envolviam discursos e ações políticas em um município amazônico.

Palavras-Chave: Eleição; Família; Propriedade Rural.

ABSTRACT: The present study intends to understand how the participation of families related to large landowners in electoral campaigns, as well as the effect of this participation on the results of the elections in Limoeiro do Ajuru, State of Pará, during the 60 to 80 of the twentieth century. In this case, we are going to analyze six electoral processes, and the temporal cut is related to important historical events, such as the emancipation of the municipality in 1961, the first election in 1962 and 1982 as the inaugural landmark of the redemocratization period that brought an end to bipartisanship, new political groups, as well as greater political freedom. It is a study in which the political behavior of agents that formed the dominant local groups of traditional families who used land, property and economic power as instruments of political bargaining in the electoral process was observed, as well as describing the entanglements involving political discourses and actions in an Amazonian municipality.

Keywords: Election; Family; Rural Property.

¹ Graduado em História pela UFP.

² Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa. Professor Adjunto da UFPA.

Introdução

O texto em tela apresenta um estudo investigativo que propõe compreender de que forma se dava as participações das famílias vinculadas aos grandes proprietários de terra, firmas comerciais e embarcações nas campanhas eleitorais, assim como o efeito dessa participação para os resultados das eleições em Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará, nas décadas de 60 a 80 do século XX. A problemática principal do estudo se pautou no entendimento da importância da relação entre os políticos e os grandes proprietários, e como se articulavam e definiam estratégias para assegurar êxito nas eleições, considerando que se tratava de um período de ditadura, em que a consulta popular era restrita e influenciada por agentes militares.

Outros problemas eram apontados, como o de identificar o perfil dos políticos participantes do processo; perceber se essa relação se caracteriza como forma arbitrária de manifestação ou obtenção de poder como troca de proveitos entre o poder público e o poder privado dos proprietários; analisar o comportamento dos eleitores, quanto a aceitação ou revolta às ordenações dos grupos políticos, no que se refere às formas de fazer campanha e em quem votar.

Quanto à metodologia de investigação, utilizamos levantamento bibliográfico, na perspectiva de alcançar os estudos que abordam a temática da pesquisa, sob o ponto de vista de seu objeto de análise e temporalidade. Em outras palavras, tentamos entender o contexto político do período e como outras pesquisas que tratam do tema discutiram a questão. O objetivo era, ao mesmo tempo em que, compreender os elementos de aproximação, buscar os distanciamentos e novos problemas geradores de pesquisa (TREINTA; FARIAS FILHO; SANT'ANNA; RABELO, 2012). Acrescentam-se ainda os relatos orais, em que ouvimos diversas pessoas que vivenciaram o período pesquisado, buscando informações sobre a campanha política e as relações com os grandes proprietários, em uma perspectiva da história do tempo presente como mediadora destes depoimentos. Neste aspecto, estamos trabalhando com a ideia de uma história “sob vigilância”, como destaca Frênçois Dossé (2017, p. 19), pois as testemunhas podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre história e memória, considerando que “a própria definição da história do tempo presente é ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda se serve da palavra e da experiência de indivíduos vivos”.

Na perspectiva do uso da oralidade adotaremos as preocupações que cercam esta documentação, entre outras questões usaremos a técnica de transmissão de depoimentos, tendo como referência os estudos de Reinaldo dos Santos e Magda Saral (2010). No caso,

atentaremos para compreender o contexto de atração do entrevistado, os seus valores, preocupações e elementos que auxiliam na construção de estratégias de luta social. Neste aspecto, trata-se de um depoimento considerando o contexto que o envolve e os valores em disputas, sabendo que o que está sendo expresso, muito mais que um depoimento individual é resultado de um compartilhamento de outros interesses.

Outro recurso metodológico é a utilização de imagens da época, o que nos levou a entender os diferentes métodos e cuidados com estudo e análises dessas fontes. Embora se observe que a imagem apresentada ao longo do texto ganhe um caráter ilustrativo e alusivo ao texto escrito, não se deixa de atentar para a compreensão do recorte espacial processado pela fotografia, assim como a observação do local que compreende o espaço físico representado, o conteúdo de figuração e vivência (MAUD, 1996, p. 9).

Nessa perspectiva o trabalho apresenta, em um primeiro momento, as famílias associadas às grandes propriedades de terra, firmas comerciais e embarcações, onde se identifica a relação desses grupos com as lideranças que participavam dos processos de eleição para escolha de prefeitos. Posteriormente, relatamos as campanhas eleitorais e a atuação destes proprietários, bem como sua forma de fazer campanha e as estratégias de aquisição de voto. Em um último momento, retratamos os processos eleitorais, analisando como se davam esses processos e os resultados quanto aos interesses dos grupos vitoriosos e alijamento de demandas dos grupos não exitosos na eleição, revelando as trocas de favores e os bens objetos destas transações políticas.

Grandes proprietários entre negociações em contexto político-eleitoral

A história política de Limoeiro do Ajuru é construída, do ponto de vista da compreensão do processo eleitoral, quando se observa os registros da historiografia que abordou o tema, de maneira tradicional (CARVALHO, 1997; CHAIA, 1990; SOUZA, 1976). No caso, trata-se de um processo marcado pela atuação de agentes representantes de grandes proprietários, que se utilizam do mandonismo, coronelismo e da clientela como estratégia para manter ou chegar ao poder, através do controle da principal agência política de um município, a prefeitura. Trata-se de experiências e manifestações políticas, que tem o poder de destruir sistematicamente as experiências de cunho democrático. Como destaca Vitor Nunes Leal (1949, p. 24) corresponde a um fenômeno consolidado no período republicano, para quem os grandes proprietários se utilizavam do seu poder econômico, para afirmar o domínio político em uma região, atuando principalmente no processo eleitoral para escolha dos representantes municipais.

No Pará, José Queiros (1991, p. 99) destaca que em meados da década de 1950, o Estado apresentava um contexto de grandes disputas pelo poder político regional entre Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que havia assumido o cargo de Interventor Federal no Pará entre 1930-1935 e Alexandre Zacarias de Assunção, que também teria sido Interventor entre 1945 e 1946. Em 04 de outubro de 1955, Magalhães Barata por acreditar que os municípios fundados pelo governador Zacarias de Assunção “foram criados de maneira inconstitucional”, resolve por meio de um mandado de segurança anular a medida e extinguir os municípios beneficiados, entre eles Limoeiro do Ajuru, emancipado na administração de Zacarias de Assunção. No caso, tratava-se de mais uma forma de Magalhães Barata se promover politicamente, pois este buscava o título de fundador dos municípios, e assim aumentar o seu prestígio político diante dos municípios por ele emancipados. Como destaca José Queirós (1991, p. 102), os municípios afetados com a medida, eram quase sempre locais de domínio eleitoral de adversários políticos de Magalhães Barata.

Neste contexto, em 1955, Limoeiro do Ajuru retornava a condição de 1º Distrito de Cametá. Diante da nova condição, a vila precisava de uma estrutura administrativa, no caso um “subprefeito”, uma espécie de administrador local, com autonomia restrita para atender demandas locais. Desta forma várias articulações levaram a indicação de Waldomiro Gonçalves para o cargo de primeiro subprefeito. Homem de família tradicional na política do município era filho de Manoel João Gonçalves Filho, muito bem relacionado com o então deputado federal Nelson da Silva Parijos. Também era neto de Manoel João Gonçalves, que liderou uma subprefeitura na localidade de Turussu, vinculada a Limoeiro do Ajuru, de onde era rico proprietário de terras, dono de açazais e responsável pela produção de madeira.

Rosilete Pinheiro (1993, p. 05), em estudo monográfico sobre Limoeiro do Ajuru, informa que o a vila na década de 1960 possuía aproximadamente oito mil habitantes. Desta forma, a população não tinha nenhum tipo de política social, devido a grande distância do seu centro administrativo. Para esta autora, a partir de visitas do deputado Bernardino da Costa e Silva, que teria se sensibilizado com essa situação, caracterizada pela ausência de ações administrativas da prefeitura de Cametá, assim como da pressão de grandes proprietários que se sentiam alijados das decisões políticas na região, apresentou o projeto de emancipação da vila na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Ainda em 29 de dezembro de 1961 o município de Limoeiro do Ajuru era fundado, sendo a cidade localizada na mesorregião do Nordeste paraense, possuidora de uma área territorial de 1.404,5 km².

Em meio a essa agitação por conta da emancipação política da então vila de Limoeiro, Antônio Sena (2007, p. 22-23) informa que as articulações eleitorais continuavam a rodear o

cenário político e administrativo da nova cidade, apontando uma disputa entre os grandes proprietários, quanto às indicações do novo prefeito. Assim, no ano de 1962 foram nomeados três prefeitos: Nilo dos Santos Fayal, que assumiu de abril a julho de 1962; Waldemar Lopes de Menezes, que assumiu de julho a setembro de 1962 e Eziel da Costa Rodrigues que esteve à frente da administração de setembro a dezembro do mesmo ano. A situação demonstrava uma instabilidade política entre as lideranças locais, sinalizando para a necessidade de ajuste e acordos na garantia da governabilidade.

Para Francisco Freitas (2007, p. 22), este cenário de instabilidade é perfeito para o exercício de mandonismo, clientelismo e coronelismo, caracterizado pelo uso do poder econômico para se apropriar de instâncias decisórias nos municípios, como as prefeituras. No caso, trata-se de uma ação que consolida o poder político e assegura seus interesses nestas instituições públicas. Francisco da Costa Farias, morador de Limoeiro a mais de 53 anos, revela bem como se deu esse processo de apropriação do poder político por grupos familiares, principalmente com a indicação dos prefeitos que eram eleitos com o apoio destes proprietários de terras.

De acordo com nosso depoente, Francisco Farias, o poder político em Limoeiro, após a sua emancipação estava concentrado nas mãos de duas famílias de proprietários, uma comandada por Nilo dos Santos Fayal, proprietário de terra, de dois engenhos de fabricação de cachaça e açúcar, e uma serraria. Outro grupo era liderado por Manoel João Gonçalves Filho, grande proprietário de terras na ilha Tatuoca. Com uma média de 100 hectares, estas propriedades eram formadas por grandes plantações de açaí, madeira e atuava-se na extração da borracha, bem como espaço para moradia do proprietário e de seus funcionários. Por se tratar de terras localizadas às margens dos rios, estes eram utilizados como rota de comércio e escoamento da produção.

Os dois primeiros grupos políticos da nova cidade surgiram utilizando seu prestígio econômico, uma vez que empregavam em suas terras, na produção de açaí e extração da madeira, grande número de famílias, que convertiam em potenciais eleitores, sem contar que tinham firmas comerciais na cidade, o que lhes rendiam capacidade de negociação com comerciantes, produtores e a população do núcleo urbano, destaca Francisco Farias.

Como registramos, as duas grandes famílias que lideraram a política nos primeiros anos de emancipação de Limoeiro, posteriormente se transformaram nos dois grandes grupos políticos da cidade. No entanto, a manutenção desse domínio dependia diretamente de outras famílias que se localizavam nos arredores da cidade, nas vilas, nas margens dos rios e igarapés. Eram famílias de grandes propriedades de terras, comércios e serrarias que atuavam

na arregimentação de eleitores, quase sempre seus dependentes econômicos, pois em sua maioria eram empregados ou prestavam serviços. Como demonstraremos, os dois grupos políticos continuaram nas disputas eleitorais por um longo período de tempo de 1962-1979.

Do ponto de vista da composição das chapas que disputarão a eleição de 1962, a primeira do município, Antônio Sena (2014, p. 82) destaca que o candidato a prefeito da chapa comandada por Nilo Fayal com o nome “Coligação Democrática Paraense”, formada pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PSP (Partido Social Progressista), era José Laurentino da Silva Júnior. A escolha se justificava pela sua atuação como professor, sendo conhecido em várias localidades do município e ainda por ter atuado como vereador na Câmara de Cametá por 04 anos, mostrando-se fiel a Nilo Fayal.

Antônio Sena (2014, p. 84) informa ainda que José Laurentino da Silva Júnior chegou a Limoeiro em meados da década de 1950, onde ocupou a função de “gerente” nos empreendimentos de Mozart Maria de Moraes, um importante comerciante e proprietário de terras da região. Essa experiência lhe aproximou dos interesses dos grandes proprietários da região, que passaram a ver na sua atuação, um potencial defensor de seus interesses, o que justificaria a sua chamada para compor a chapa como candidato a prefeito. Como vice, Nilo Fayal indicou Waldemar Lopes de Menezes, morador da vila Pautinga e depois da vila Paquetá. Nestas localidades, relativamente próximas, articulou junto com alguns moradores o comércio através de produtos vendidos aos moradores locais, além de implantar uma olaria, para produção de telhas, principalmente, e uma serraria para beneficiamento da madeira. Por meio do comércio e de outros empreendimentos, Waldemar Menezes adquiriu prestígio no município, principalmente devido à circulação de pessoas, nas relações de compra e vendas de produtos em seus estabelecimentos, conhecida como clientela, mas também por empregar trabalhadores nos serviços de olaria e serraria.

Outra liderança política no município foi Manoel João Gonçalves Filho, conhecido como “Manduquinha Gonçalves”. Vinculado ao PSD (Partido Social Democrático) foi candidato a prefeito em 1962, fazendo disputa com a chapa indicada por Nilo Fayal. Era do interior do município, da região de Turussú, sendo o maior proprietário de terras da ilha Tatuoca, onde possuía quase a metade das terras daquela localidade. Contava com um forte comércio e seus negócios eram relacionados à estivas em geral, no caso, tratavam-se dos serviços de carregamento de mercadorias, a bordo de embarcações, assim como, a compra de sementes, implementos agrícolas e ferramentas, como terçados, facas, foices e enxadas. Na chapa como vice-prefeito indicou Deocindo Viana de Leão, popularmente conhecido por “Nolasco”. Nascido na ilha Araraím, tinha como negócio o ramo da navegação. Proprietário

de grandes embarcações foi o pioneiro da região neste serviço, pois na década de 1960 trabalhou com os carregamentos de mercadorias e passageiros para Belém (SENA, 2014, p. 82).

Os casos anteriormente destacados, que apresentam à formação das primeiras lideranças políticas de Limoeiro do Ajuru, em um momento posterior a emancipação do município, revela uma vinculação entre a atuação política e os interesses econômicos destes indivíduos. Ao mesmo tempo, demonstra um nível de articulação entre esses proprietários de terras, firmas comerciais e embarcações. Esta relação entre atividade econômica e a formação destas lideranças políticas pode ser observada de forma mais intensa quando identificamos os cabos eleitorais, os seus locais de atuação e as práticas produtivas a que estavam vinculados. Por cabos eleitorais, entendemos os agentes políticos representantes destas lideranças nas localidades mais distantes do município.

A título de ilustração, destacamos na tabela a seguir os cabos eleitorais vinculados aos líderes políticos Nilo Fayal e Manduquinha Gonçalves, seus locais de atuação e as atividades econômica que desenvolviam.

Quadro 01: Cabos eleitorais dos grupos políticos Fayal e Gonçalves, eleição de 1962.

Líder político	Cabos eleitorais	Localidade	Atividades
Fayal	João Nilo de Barros.	Furo do Ipixuna	Proprietários de terras, dono de indústria da madeira e comerciante
	Francisco de Melo e Sousa.	Ilha Araraím	Possui propriedades de terras e comércio
	Feliciano Martins dos Santos	Sede do Município	Comerciantes
	Cazuza Sozinho	Rio Ipixuna	Comerciante
	Alicio Leitão do Amaral	Vila Vitória no Rio Cupijó.	Comerciante, dono de serraria, proprietários de terras e navegação
	João Francisco Abatte	Rio Custódio	Proprietário de terra, comércio e serraria
	Mozart Maria de Moraes	Rio Limoeiro	Proprietário de terra, dono de uma olaria uma vila de casa e embarcações
	João Miranda	Rio Japiim Zinho	Dono de comércio e indústria de madeira
Gonçalves	Celestino Viana de Leão.	Sede do município	Comerciante, madeireiro, proprietário de terras e embarcação
	Coriolano Ramos.	Rio Jussara	Comerciante, madeireiro e proprietário de terras
	Deocindo Viana de Leão.	Sede do Município.	Proprietário de terras, embarcações e madeireiro
	Domingos Diniz.	Rio Tatuoca.	Enfermeiro
	José Marques de Farias.	Rio Tatuoca.	Comerciante
	Luci Viana de Leão.	Sede do município	Proprietário de terra
	Manelito Gonçalves.	Rio Japiim.	Comerciante
	Waldomiro Gonçalves.	Rio Turussu.	Comerciante e dono de embarcações

Fonte: Cartório de Limoeiro do Ajuru, Livro de Registro Eleitoral, 1962, folha 16.

Nessa conjuntura, percebe-se a influência que Nilo Fayal e Manduquinha Gonçalves tiveram, desde o processo de emancipação do município até as eleições, o que era sustentada pela atuação dos cabos eleitorais, que utilizavam de sua influência e prestígio econômico para “convencer” os eleitores. É percebido também que todos os agentes envolvidos no processo eleitoral possuíam muitas posses, comprovando as observações anteriores. Em outras palavras, possuir terras, serrarias, engenhos e comércio tornam-se estrategicamente importante como instrumento de barganhas na aquisição de votos.

Manoel Valente, morador de Limoeiro a mais de 60 anos, informou que na década de 1960, Domingos Diniz, conhecido popularmente como *Diniz*, foi um dos únicos a se destacar na política por meio de liderança construída através de seu carisma e atividades assistenciais prestadas a comunidade. Uma situação que difere da que até então se observava, uma vez que as lideranças políticas no município estavam sendo consolidadas através de seu prestígio econômico.

Em 1964, a partir do golpe civil militar, não se observou grandes alterações entre os atores e os grupos políticos na região. O AI – 2, em 1965, por exemplo, que provocou a extinção dos partidos políticos existente e o surgimento de dois novos partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O primeiro, se constitui como base do governo militar, em Limoeiro, agregou as lideranças políticas que compunham o extinto PTB, capitaneada por José Laurentino da Silva Junior. Outro partido, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que fazia oposição ao governo militar, foi constituído pelas lideranças que formavam o extinto PSD, com destaque para Manoel João Gonçalves Filho e Domingos Diniz. O que se observa é uma conformação dos grupos políticos a nova realidade do país e a necessidade de manter a unidade destes grupos, como importante para assegurar as condições para estabelecer a disputa nas eleições de 1966, a primeira ocorrida em pleno regime ditatorial militar.

Segundo relatos do senhor José Mendes, antigo morador de Limoeiro, Domingos Diniz desde cedo já se interessava em resolver os problemas da comunidade ribeirinha, o que lhe teria assegurado prestígio junto aos moradores. Chegou a morar no rio Ajuru, onde trabalhou como enfermeiro num pequeno posto médico que funcionava na sua própria residência. Por meio desse trabalho, Diniz mantinha contato com a população, que o procurava por conta de seu ofício, se tornando assim muito popular. Para José Mendes, o prestígio político teria levado Domingos Diniz a sumir o comando, em 1966, do MDB.

Para os candidatos ligados a ARENA, Rosi Barra, moradora de Limoeiro e testemunha da época, informa que na eleição de 1964 eles permaneceram quase com a mesma configuração, ou seja, formado por grandes proprietários, sendo o candidato a prefeito, Waldemar Lopes de Menezes, que havia assumido o cargo de vice-prefeito na legislatura anterior, mantendo-se vinculado a Nilo Fayal. O candidato a vice-prefeito, Celestino Viana de Leão ou “Celé Leão”, da ilha Araraim, por meio do legado material que seu pai Severino Leão deixara, fazia dele o maior proprietário de terra da região e ainda era proprietário do *B/M Rio Limoeiro*, empresa de navegação, comércio e indústria de madeiras.

Como se observa, a articulação política dos grupos dominantes em Limoeiro, mesmo após o golpe de 1964, parece ter sofrido mudanças pontuais. Para exemplificar a situação, destacamos a eleição de 1970, tendo como líder Waldemar Lopes Menezes. No entanto, com a entrada de novos agentes no cenário político-eleitoral, como o candidato a prefeito José Rui Castro Costa, conhecido como “Zeca Rui”, nascido no rio Japiim, interior de Limoeiro, formado em telegrafia e contabilidade, tornou-se bastante popular, sendo que o prefeito Waldemar Menezes o convidou para trabalhar como secretário da prefeitura. A eficiência como servidor público fez com que *Zeca Rui*, segundo o depoimento de Manoel Valente, fez com que ganhasse prestígio com lideranças políticas vinculadas a ARENA, sendo um dos primeiros políticos ligado a esse grupo a ser candidato e que não era proprietário de terra, comércio ou embarcações no município. Como candidato a vice-prefeito, foi indicado João Miranda, que era natural do interior de Cametá, mas morou a maior parte da sua vida no Japiim, interior de Limoeiro, onde trabalhou como gerente do comércio de Manelito Gonçalves, grande comerciante da região, que posteriormente tornou-se dono de uma indústria de madeira e estabelecimentos comerciais, assim como também passou a possuir grandes quantidades de terras no município.

No outro grupo político, o do MDB, sob a liderança de Domingos Diniz, este resolveu compor a chapa com Raimundo Barbosa Tavares, como vice. A sua escolha foi justificada, segundo Manoel Valente, por se tratar de uma pessoa muito bem relacionada com alguns empresários do município, principalmente por estar à frente dos trabalhos de compra e venda de madeira, pois seu pai era proprietário de uma indústria madeireira no município.

Manoel Valente destaca a eleição de 1972, como um momento que marca a entrada de novos agentes na política de Limoeiro, principalmente funcionários públicos, observando poucas ações diferentes quando se tratava das articulações para composição de chapa. Isto fica evidente, quando observamos a justificativa para indicação do candidato a prefeito da Arena, Antônio Mendes de Moraes. Este havia conseguindo ser indicado por sua influência

econômica na atividade de navegação e produção industrial no município, chegando até a articular uma empresa, *Antônio Mendes Com & Indústria Ltda*, que atuava no ramo do comércio, moagem de café, pesca, criação de gado, indústria de olaria e extração de palmitos. Com isso, conseguia segurar um grande número de funcionários e moradores que dependiam da atuação da empresa a que estava vinculado. Manoel Valente lembra que como vice-prefeito os arenistas indicaram Ademar de Oliveira Alves, que era proveniente de família de grandes propriedades de terras no interior de Limoeiro, no rio Cupijó.

Para as eleições de 1976, Roberto Moraes relata que a grande supremacia política do grupo Arena, que se utilizava do apoio dos militares, se concretiza nesse processo eleitoral. A hegemonia do grupo criava assim um cenário diferente, uma vez que as disputas passam a ocorrer no interior do partido. Assim foram construídas duas chapas: ARENA I e ARENA II. A primeira comandada por José Laurentino da Silva Júnior, sendo considerada a base mais forte do grupo. Tinha como candidato a prefeito Raimundo Valente Figueiredo, conhecido como “Chinelo”. Este teria trabalhado na indústria e comércio de extração de palmitos, o que teria lhe rendido um conhecimento da região e grande respaldo político para ser procurado pelos líderes da Arena para ingressar na militância política. Para vice-prefeito articulou-se com Feliciano Martins dos Santos, popularmente conhecido como “Tio Feli”. Este havia ajudado a fundar a igreja Assembleia de Deus em Limoeiro. Destacou-se também como grande comerciante na sede do município.

O grupo Arena II tinha como líder da chapa o candidato a prefeito e já conhecido da política eleitoral em Limoeiro, José Rui Castro Costa, e vice Miguel Gomes Balieiro. José Rui Castro Costa atuava como grande comerciante no estabelecimento de seu pai. Tornou-se dono de uma indústria de madeiras e de um grande comércio na sede do município, o que lhe fez muito popular, preenchendo assim os requisitos da época para ser candidato a determinados cargos políticos pela Arena, no caso ter bens e influência política.

Em 1982, já em período de redemocratização, em que os militares apontam para um momento de transição para o regime democrático, ampliando as eleições para os cargos legislativos e governos estaduais e federais, esta foi organizada por meio de sublegendas, que nas palavras de José Alcântara (2011, p. 255), consistia na ideia de lançar vários candidatos de um mesmo partido para disputar a eleição municipal, sendo que venceria a sublegenda que somasse o maior número de votos, e como prefeito, era eleito o candidato que dentro da sublegenda conseguisse mais votos. Para José de Alcântara (2011), isso foi uma estratégia do governo militar para reunir dentro de seu partido todos os grupos que tinham divergências políticas.

As manifestações populares num viés político eleitoral provocavam a extinção dos antigos partidos e dava origem às novas legendas, como o PDS, que segue a mesma leitura de atuação da antiga ARENA. Este grupo contava com a liderança de José Laurentino da Silva Júnior, que em 1982 veio disputar a eleição como candidato a prefeito da sublegenda do PDS e como vice Alício Leitão do Amaral. Tratava-se de agentes vinculados ao comércio e proprietários de terras, mantendo a mesma lógica observados nos perfis dos candidatos a prefeito e vice. Por exemplo, Alício do Amaral, citando anteriormente, era comerciante e dono de indústria de madeira e navegação, sem contar que possuía muitas propriedades de terras.

José Laurentino da Silva Junior, líder do PDS articula para candidato a prefeito pela outra legenda, alguém que não era muito conhecido ou vinha de família tradicional da política eleitoral de Limoeiro. A escolha se justificava, pois não desejava concorrer, com antigos aliados e com alguém com capacidade de mobilizar os grandes proprietários da região. No caso, havia escolhido Benedito Conceição Miranda, funcionário público, e como vice da sublegenda, ele indicava Celestino Viana de Leão, que já era conhecido na política eleitoral local, pois, já tinha disputado uma eleição, assumindo cargo de vereador.

O antigo MDB, que nesse período de alterações na política nacional é substituído pelo PMDB, mantém como líder Domingos Diniz, que na condição de oposição ao governo possibilitou ao partido a entrada de vários membros ligados aos movimentos sociais e sem grandes recursos econômicos. No entanto, o grupo ainda possuía alguma ligação com importantes famílias dominantes da política local, vinculadas a grande posse e bens. Assim, como candidato a prefeito da sublegenda, o PMDB apresenta Domingos Diniz. Como vice foi indicado Abelardo Costa, que atuava como liderança evangélica da cidade. Nascido no interior, no rio Maria Doce, tinha trabalhado com atividades relacionadas aos transportes de madeira para a capital do Estado por meio de suas embarcações. Domingos Diniz indica para concorrer ao cargo de prefeito e vice-prefeito pela outra sublegenda, Manoel Valente e vice Norival Rodrigues Pimentel, este último era advindo de uma família não muito tradicional na política, o que seria estratégico, uma vez que buscava alcançar antigas lideranças na região, descontentes com atuação dos prefeitos que administraram a cidade durante os quatro últimos anos.

Desta forma, se observa que nos dois grupos políticos que iniciaram a disputa eleitoral, o ligado inicialmente a Arena, depois PDS, continuava com seus candidatos com o perfil associado aos grandes proprietários de terras, ou seja, vinham de famílias abastadas que, com seu prestígio econômico se fizeram dominantes na política local. Esta estratégia não

permitia maiores espaços políticos para outros indivíduos atuarem nas eleições como lideranças. Já os ligados ao MDB, depois PMDB, embora se observasse a presença de algumas famílias importantes economicamente, mas devido a sua posição contra a ditadura militar e sempre fazendo oposição a prefeitura, eles foram mais flexíveis com as lideranças que emergiam do meio social. Assim mesclou a sua articulação, tanto com as lideranças vindas das famílias importantes economicamente, quanto de jovens líderes que vinham do meio social.

Diante do cenário de abertura política ligado ao surgimento do pluripartidarismo, registra-se o surgimento do PT (Partido dos Trabalhadores), cujas lideranças estavam ligadas aos trabalhadores rurais, professores e pescadores. Como primeiro candidato a prefeito do PT foi indicado Daniel Alves da Costa, que nasceu na Prainha, interior do município, sendo que desde criança havia trabalhado com seu pai na pesca artesanal. Tinha sua trajetória de vida ligada a participação em comunidades cristãs, chegando a assumir a liderança do grupo de jovens, o que lhe deu projeção de liderança política no município. Como candidato a vice foi indicado Raimundo de Souza Cavalcante. Nascido na ilha Araraím, tinha trabalho associado à pesca artesanal e seu discurso político era sempre embasado nos conhecimentos que adquiriu por meio de vários encontros formativos de liderança que a igreja Católica oferecia, destaca Benedito Gomes, morador de Limoeiro na época. Assim, o que se observa é que os candidatos a prefeito e a vice-prefeito do PT apresentavam características diferentes, quanto ao perfil dessas lideranças. Estavam ligados a lutas sociais por meio de suas participações nas comunidades cristãs e trabalhavam como agricultores ou pescadores.

As reflexões de Francisco Freitas (2007, p. 34-35) podem nos ajudar a pensar a participação das lideranças emergidas dos movimentos sociais nas eleições em Limoeiro. No caso, revela que estes novos atores da política local sempre estiveram ligados ao modelo político-eleitoral imposto pelos grupos dominantes da época, e por conta disso a força das ideias que impulsionava a luta social se perdia, existindo apenas nas limitações impostas pelas políticas dos grupos dominantes, não dando visibilidade e protagonismo aos agentes que atuavam nos movimentos sociais.

Nesse sentido, percebemos que só a partir de 1980, com a ideia de redemocratização onde aconteceram várias manifestações populares que visavam derrubar os governos militares, que foi iminente o surgimento de lideranças vindas desses movimentos e principalmente ligadas a grupos de oposição, como MDB. Inaugurava-se assim, em Limoeiro uma nova forma de articulação política, colocando novos agentes, agora não só ligados a

famílias de grandes posses que continuaram no cenário político, mas permitindo o surgimento de lideranças oriundas do movimento estudantil, trabalhadores rurais e religiosos.

Sobre o período de redemocratização, Jadir Peçanha (2003, p. 01), destaca que a década de 80 foi de intensa movimentação social no país, motivada pela forte mudança na conjuntura política e econômica, resultante da transição do governo militar para o regime democrático, onde a população passou a entender, que através de maior capacidade de organização poderia promover mudanças significativas. No Estado do Pará, Edilza Fontes, (2012, p. 12-13), ressalta que nesse período os movimentos sociais que mais se destacaram na luta contra o regime militar foram às manifestações estudantis que se organizavam nas praças, e iam para a rua dar visibilidade as bandeiras democráticas de oposição e eram representadas por partidos com vertentes de esquerdas.

Não há dúvida, que quando deslocamos a observação para o quadro político de Limoeiro, a década de 80, de fato, expressa um marco de mudança no antigo modo de fazer política neste município amazônico, marcado até então pelo uso do poder econômico na construção de alianças e na articulação para fazer o enfrentamento nas eleições. Muito distantes do projeto de desenvolver uma boa administração pública, que pensassem os interesses da população, os protagonistas da política local, adivinham de famílias tradicionais enriquecidas, que viam nessas eleições a possibilidade de conquista e manutenção dos seus interesses econômicos.

A tabela a seguir resume os debates anteriores, demonstrando como as lideranças se articulam na indicação dos candidatos a prefeito e vice, de forma a manter as alianças, acordos e interesses econômicos.

Quadro 2: Lideranças, partidos e candidatos nas eleições, em Limoeiro do Ajuru (1962-1982).

Liderança	Período	Partido	Candidato Prefeito	Candidato Vice
Nilo dos Santos Fayal	1962-1966	PTB-PSP	José Laurentino da Silva Júnior	Waldemar Lopes de Menezes
Manoel João Gonçalves Filho	1962-1966	PSD	Manoel João Gonçalves Filho	Deocindo Viana de Leão
José Laurentino da Silva Júnior	1966-1970	ARENA	Waldemar Lopes de Menezes	Celestino Viana de Leão
Domingos Diniz	1966-1970	MDB	Domingos Diniz	Enéias da Silva Farias
Waldemar Lopes de Menezes	1970-1972	ARENA	José Rui Castro Costa	João Miranda
Domingos Diniz	1970-1972	MDB	Domingos Diniz	Raimundo Barbosa Tavares.
José Laurentino da Silva Júnior	1972-1976	ARENA	Antonio Mendes de Moraes	Ademar de Oliveira Alves
José Laurentino da Silva Júnior	1976-1982	ARENA I	Raimundo Valente Figueiredo	Feliciano Martins dos Santos
José Rui Castro Costa	1976-1982	ARENA II	José Rui Castro Costa	Miguel Gomes Balieiro

José Laurentino da Silva Júnior	1982	PDS	José Laurentino da Silva Júnior	Alício Leitão do Amaral
José Laurentino da Silva Júnior	1982	PDS	Benedito Conceição Miranda	Celestino Viana de Leão
Domingos Diniz	1982	PMDB	Domingos Diniz	Abelardo Costa
Domingos Diniz	1982	PMDB	Manoel Valente	Norival Rodrigues Pimentel
Daniel Alves da Costa	1982	PT	Daniel Alves da Costa	Raimundo da Silva Cavalcante

Fonte: Cartório de Limoeiro do Ajuru, Livros de Registros Eleitoral, 1962-1982.

Campanhas eleitorais e a busca do voto

As campanhas eleitorais em Limoeiro, como se observa, não se davam pelo milagre do discurso ou pelas propostas que visava melhoria da cidade como um todo. Estas eram articuladas por ações protagonizadas por grandes proprietários de terra e firmas comerciais e de navegação, que vai desde a distribuição de cafés da manhã, ofertas de terras até os inúmeros acordos partidários. São movimentações que na busca pela conquista do voto, agitavam o cotidiano dos moradores.

As formas de fazer campanhas foram marcadas por situações inusitadas em vários momentos. Um primeiro está associado aos processos eleitorais, onde os grupos familiares, que se firmaram dominantes, tinham concorrentes nas eleições. Outro momento foi quando da supremacia política desse grupo não permitiu o surgimento de adversários, mas, mesmo assim, houve campanha. O outro caso corresponde às disputas internas a estes grupos dominantes, que se dividiram e disputaram a eleição; e por fim, quando esse grupo dominante perde a eleição.

Entre 1962 e 1970, correspondente aos três primeiros processos eleitorais, conhecemos um conflito político de dois grupos formados por famílias tradicionais. O grupo dominante era formado por Nilo dos Santos Fayal, José Laurentino da Silva Júnior e Waldemar Lopes de Menezes. Durante esse período se alternavam nas lideranças e na administração do município. Manoel João Gonçalves Filho e posteriormente Domingos Diniz assumiam a posição de lideranças de oposição. Nesse período as campanhas tiveram a mesma estrutura para os três processos eleitorais. Manoel Valente, informa que se trata de momento em que se observa um destaque maior para as articulações ligadas a campanha através dos cabos eleitorais que estavam ligados os grupos tradicionais. A estratégia de campanha era conseguir implantar cabos eleitorais em localidades estratégicas do município. No caso, era repassado a estes representantes um quantitativo de materiais de campanha e a responsabilidades de conseguir os votos na região.

controle. O candidato a prefeito ainda contava com o apoio eleitoral das famílias que moravam em suas terras, revela Manoel Valente.

Em Limoeiro, na eleição de 1962, destacavam-se dois cabos eleitorais, Cazuzo Sozinho e João Miranda, que no início da campanha estavam do lado de Manuel Gonçalves e Deocindo Viana de Leão, mas em pleno período eleitoral resolveram atuar defendendo outro candidato. Passaram a apoiar os candidatos da família Fayal, José Laurentino da Silva Júnior para prefeito e vice Waldemar Lopes de Menezes. Isto ocorreu por meio de uma estratégia política, no caso, o grupo da Família Fayal ofereceu a possibilidade de alugar suas propriedades, casas em Limoeiro, para prefeitura e alguns cargos públicos. E isso mudou radicalmente o rumo das eleições, uma vez que esses dois cabos eleitorais eram os mais importantes da política da época, tanto que, segundo relatos, a eleição desse período foi decidida por meio dessas adesões.

Para a campanha eleitoral de 1966, embora com a mesma conjuntura da anterior, embasada na disputa de dois grupos políticos, as articulações sofreram alterações. A prefeitura passou a ser usada como fonte de acordos e votos, fortalecendo ainda mais o grupo do antigo PTB-PSP, que devido à ditadura militar teve suas lideranças políticas incorporadas a ARENA. Essas mudanças como foi apontada, se justificava, pois buscavam evitar que o governo conduzido por este grupo político sofresse perseguição dos militares, destaca Lucival Rodrigues Leão. No caso das articulações ligadas ao antigo PSD, que mais tarde se torna MDB, estas sofreram perseguições do regime militar, e tiveram que enfrentar o uso da máquina da prefeitura, no caso a utilização de dinheiro público em campanhas eleitorais e a distribuição de empregos em troca de votos, revela Rosivaldo Dias.

Lucival Leão destaca que o grupo Arena, para a eleição de 1966, estava sendo comandado por José Laurentino da Silva Junior, então prefeito da cidade de Limoeiro, eleito em 1962. Além de disponibilizar da máquina da prefeitura para articulação da campanha, contava também com a boa condição financeira dos próprios candidatos, que eram Waldemar Lopes de Menezes e Celestino Viana de Leão. Registrava-se ainda um grande número de empresas que patrocinava a campanha, tendo, portanto, melhor estrutura de campanha.

As campanhas políticas do grupo MDB, que substitui o PSD na eleição de 1966, era comandada por Domingos Diniz, que tinha no seu grupo como candidato a prefeito o próprio Diniz e vice Enéias da Silva Farias. Norival Rodrigues Pimental destacava que era o grupo com menor prestígio eleitoral, pois Diniz não possuía a regalia que a prefeitura possibilitava numa campanha e tinha poucas condições financeiras. Ainda teria que lidar com perdas de

importantes cabos eleitorais, e não contava mais com o apoio do principal líder da oposição, o Manuel Gonçalves que havia falecido naquele ano.

De acordo com os relatos de Antônio Sena, Domingos Diniz, a partir de 1966, inicia um movimento político de oposição aos grupos dominantes, embasados em várias vertentes, tanto ao tradicionalismo político eleitoral, quanto na sua campanha particular. Tratava-se de um modelo diferente de fazer política. No caso, consistia na ideia de visitar todas as casas possíveis, construindo uma imagem de que ele era o candidato que poderia lutar pelos menos favorecidos.

Na eleição de 1970, Manoel Valente relata que a conjuntura política eleitoral dos arenistas e mdbistas não sofreram grandes alterações. A ARENA continuou com o apoio da prefeitura que era liderada pelo então prefeito Waldemar Lopes de Menezes, que foi eleito em 1966, e que daria total apoio a campanha de seus candidatos, José Rui Castro Costa e João Miranda. Este apoio, que se efetivava por meio de acordos firmados com empresários da região, resultavam na troca de recursos para campanha com contratação de alguns serviços das suas empresas para a prefeitura ou pela troca de emprego com votos.

Além disso, na eleição de 1970 os arenistas, possuíam o maior número de cabos eleitorais e que estavam espalhados por todos os cantos do município. Nessa eleição os cabos eleitorais adotaram algumas estratégias diferentes, embasado na política eleitoral tradicionalista, onde se reuniam em locais estratégicos todos os eleitores que estavam sobre seus domínios, e para essa reunião preparavam de café da manhã à jantar para que potenciais eleitores ficassem bem à vontade na hora de conhecer seus candidatos, que por sua vez chegavam por meio de comitiva, onde o atual prefeito fazia questão de estar presente nessas ocasiões para demonstrar apoio aos seus candidatos.

Sobre a eleição de 1972, Manoel Valente informa que a ARENA se firmou, de fato, como a supremacia política do município, pois nenhum candidato “se atreveu a disputar a eleição”. Na época, o líder da ARENA Jose Laurentino da Silva Junior, tinha como único candidato Antônio Mendes de Moraes e Ademar de Oliveira Alves. Esse grupo, além de não ter concorrente era muito forte financeiramente, pois tinha a sua disposição a máquina da prefeitura municipal e era formado por proprietários de terras, com grande poder aquisitivo.

Como estratégia, os arenistas articulavam nos últimos dias da eleição, na sede do município, uma festa política ou showmício, onde os cabos eleitorais levavam todos os seus eleitores e nesse evento eram distribuídas comidas, sorteios de brindes, tudo com o intuito convencer os eleitores a votar em seus candidatos. Para essa campanha era usada às

embarcações dos próprios candidatos ou de algum empresário que cedia a mesma, esperando a recompensa, como aluguel desses barcos para a prefeitura.

Sobre a participação do MDB na eleição de 1972, Domingos Diniz revela que não disputou porque percebeu que os arenistas tinham uma grande estrutura política e financeira e que de qualquer forma ganhariam a eleição, mas mesmo não tendo a candidatura registrada, não deixaram de participar do pleito. Destaca que continuaram visitando os cabos eleitorais e as principais lideranças, explicando o porquê de não apresentarem candidato. Pediam nestas visitas que não votassem e nem pedissem votos para os arenistas. Que votasse em branco. Sendo que estes cabos eleitorais entenderam o recado, tanto que os arenistas obtiveram pouco mais de 50% de votos, o que teria sido uma decepção.

Figura 2: Reunião política em casa de cabos eleitorais, 1972.



Fonte: Arquivo Família Alves.

Considerações finais

As discussões e questionamentos levantados ao decorrer deste trabalho, nos deu oportunidade de nos depararmos com inúmeras personalidades que protagonizaram acordos e manobras nas articulações políticas eleitorais em Limoeiro. Isto nos possibilitou conhecer e entender as campanhas e as relações estabelecidas nos primeiros processos eleitorais. Sendo que esses processos foram marcados por práticas oligárquicas e clientelistas, utilizando-se de métodos ligados ao tradicionalismo político-eleitoral, que consistia na compra de votos, currais eleitorais, votos de cabresto e acordos entre coronéis e chefes políticos, que surgiram do meio de famílias importantes, que por conta de suas posses de terras e suas propriedades comerciais se configuraram dominantes da política neste município amazônico.

A partir do Ato Institucional nº2, de 1965, que instituiu o bipartidarismo onde só dois partidos estavam habilitados a atuar, percebe-se que em nível nacional, a ARENA se tornou o maior partido político do Brasil entre 1966-1980, sendo que em Limoeiro não foi diferente, pois nesse mesmo período, esse partido foi hegemônico. E o MDB, em Limoeiro, devido sua campanha ser drasticamente afetada pelas políticas eleitorais impostas pela ARENA, não participou de todas as eleições e nas que atuou apontando candidaturas não saiu vitorioso.

Somente a partir da década de 1980, portanto no período de redemocratização do Brasil, que foi possível a entrada de lideranças vindas do meio social. Em Limoeiro esse momento simbolizou o fim da hegemonia dos Arenistas, que na eleição de 1982, já com outra sigla partidária, o PDS, e muito enfraquecido por conta das manifestações populares, ainda teve que enfrentar a nova força política empreendida pelo PT. O resultado foi à perda da eleição para o antigo MDB, agora PMDB.

Entende-se que nesses processos eleitorais, prevaleceu à força do poder econômico, tanto por parte das posses dos candidatos, como por meio do uso da máquina pública nas práticas da política tradicional, e isso deixou os eleitores vinculados a setores populares, sem opção de escolha, visto que na maioria das vezes eles estavam dependentes economicamente dos candidatos ou de seus apoiadores, possibilitando poucas oportunidades para o surgimento das lideranças vinda dos movimentos sociais.

Entrevistas

Rosi Barra. 55 anos. Autônomo. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Rosivaldo Dias. 48 anos, Professor. Entrevistado no dia 17 de Dezembro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Domingos Diniz. 79, anos, aposentado. Entrevista realizada em 18 de Dezembro de 2014, em Belém do Pará.

Francisco Farias. 65, anos Comerciante. Entrevistado em 14 de outubro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Antônio Senna. 54 anos, professor, Entrevista feita em 26 de Novembro, rio Cupijó.

Lucival Rodrigues Leão. 68 anos, médico. Entrevista realizada em 15 de Outubro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

José Mendes, 50 anos Autônomo. Entrevistado em 14 de Dezembro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

José Roberto Moraes. 46, Professor. Entrevistado no dia 17 de Dezembro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Norival Rodrigues Pimentel. 62 anos, comerciante. Entrevista realizada em 30 de Dezembro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Manoel Valente. 68 anos, Professor. Entrevista realizada em 15, de Outubro de 2014, em Limoeiro do Ajuru.

Referências

ALCÂNTARA, José Carlos. O Bipartidarismo (1966-1978) e a volta do Pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de História Regional*. Maringá: Eduem, 1999, p. 269-291.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997, p. 229-250.

CHAIA, Vera Lucia M. A longa conquista do voto na história política brasileira: o voto no Brasil. *Revista eletrônica PUC*, São Paulo 1990, p. 01-05.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago (Org.) *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017, p. 15-36.

FONTES, Edilza Oliveira. A eleição de 1982 no Pará: Memórias, imagens fotográficas e narrativas históricas. *Anais do Encontro de História Oral*, 2012, Belém-Pará, p. 01-15.

FREITAS, Francisco. *O moderno e o tradicional na política de itapiúna: As contingências da política local como contrapontos a ascensão ao poder de lideranças nascidas nos movimentos sociais*. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará Fortaleza, 2007.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto (O município e o regime representativo no Brasil)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História- Interfaces. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 01-15.

PINHEIRO, Rosilete de Melo. *Limoeiro do Ajuru: Um Perfil do Município, 1989*. Trabalho de Conclusão Graduação de Licenciatura plena e Bacharelada em História, UFPA, Cametá, 1989.

QUEIROS, José. *O Pessidismo e O Baratismo no Pará. 1991*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo 1991.

SANTOS, Reinaldo; SARAT, Magda. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicas da pesquisa. In: Ed.UFGD. Célio Juvenal Costa; José Joaquim Pereira Melo; Luiz Hermenegildo Fabiano (Orgs.). *Fontes e métodos em história da educação*, Dourados, MS: 2010, p. 49-78.

SENA, Antônio, *Limoeiro do Ajuru Historia e Geografia: Um estudo sobre o município de Limoeiro do Ajuru, Estado do Pará. De povoado á Vila; de Vila á Município*. Coleção Novo Tempo Cabano, Cametá, 2007.

SENA, Antônio. *Primeiro mandato constitucional de municio de Limoeiro do Ajuru*. Coleção Novo Tempo Cabano: Cametá, 2014.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TREINTA, Fernanda Tavares; FARIAS FILHO, José Rodrigues; SANT'ANNA, Annibal Parracho; RABELO Lúcia Mathias. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, v. 24, n. 3, p. 508-520, July/Sept. 2014.